



Fotos: divulgação

A Política Estadual de Mudanças Climáticas foi elaborada pela Secretaria do Meio Ambiente, comandada por Xico Graziano

## Governo de SP regulamenta Lei de **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

A regulamentação é resultado da Lei nº 13.798, que tem como meta a redução, em todos os setores da economia, de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020.

**A** principal proposta da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) é contribuir para estabilizar as concentrações dos gases de efeito estufa na atmosfera em níveis seguros. A regulamentação é resultado da Lei nº 13.798, sancionada em novembro de 2009, que tem como meta a redução, em todos os setores da economia, de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano de 2005 - a meta é quatro vezes mais rigorosa do que a definida no Protocolo de Kyoto. O decreto que regulamenta a política foi assinado pelo governador do Estado de São Paulo, Alberto Goldman, dia 24 de junho em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes.

Além da redução da emissão de gases do efeito es-

tufa, serão realizadas ações para aumentar a parcela de fontes renováveis de energia, prevenir e adaptar as alterações produzidas pelos impactos das mudanças climáticas e preservar e ampliar os estoques de carbono no Estado de São Paulo. "Para isso nós vamos atuar em múltiplas áreas, desde a área da tecnologia que permite a mudança de uma fonte de energia não renovável para outra renovável, até a economia de energia, mexendo na logística do sistema de transporte nas atividades poluidoras propriamente ditas", disse o governador. A sanção da PEMC, elaborada pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), possibilita que o Estado vá à COP15 (United Nations Climate Change Conference), que

reunirá governos do mundo todo em Copenhague, com posições mais fortes e uma iniciativa replicável a outras regiões ou esferas de governo.

Entre os principais pontos da política está a criação do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, que terá caráter consultivo, e a permanência da atuação do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas. Além disso, o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop), que já apoia projetos relacionados ao controle da poluição e preservação do meio ambiente, vai financiar ações e planos específicos de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. "Cada secretaria terá as suas metas, responsabilidades e trabalhos. Faremos uma avaliação periodicamente para acompanhar a evolução dessa meta que queremos alcançar", disse Goldman.

Outro destaque da PEMC é a redução do prazo de elaboração da Comunicação Estadual, que conterà o inventário de emissões dos gases de efeito estufa de origem antrópica, ou seja, resultantes de atividades humanas. A ideia é usar esse instrumento de planejamento para promover a integração à questão climática em áreas como energia, transportes, agricultura e educação.

Segundo o governo de São Paulo, até o final do ano o Inventário de Gases de Efeito Estufa do Estado de São Paulo - que será parte integrante da Comunicação Estadual -, apresentará a base das emissões paulistas, possibilitando o cumprimento da meta prevista na lei.

Na área de transportes, a PEMC incentiva a criação de políticas públicas que priorizem o transporte sustentável, entre elas: a construção de ciclovias, a criação de programas de carona solidária e a implantação da inspeção veicular. 53

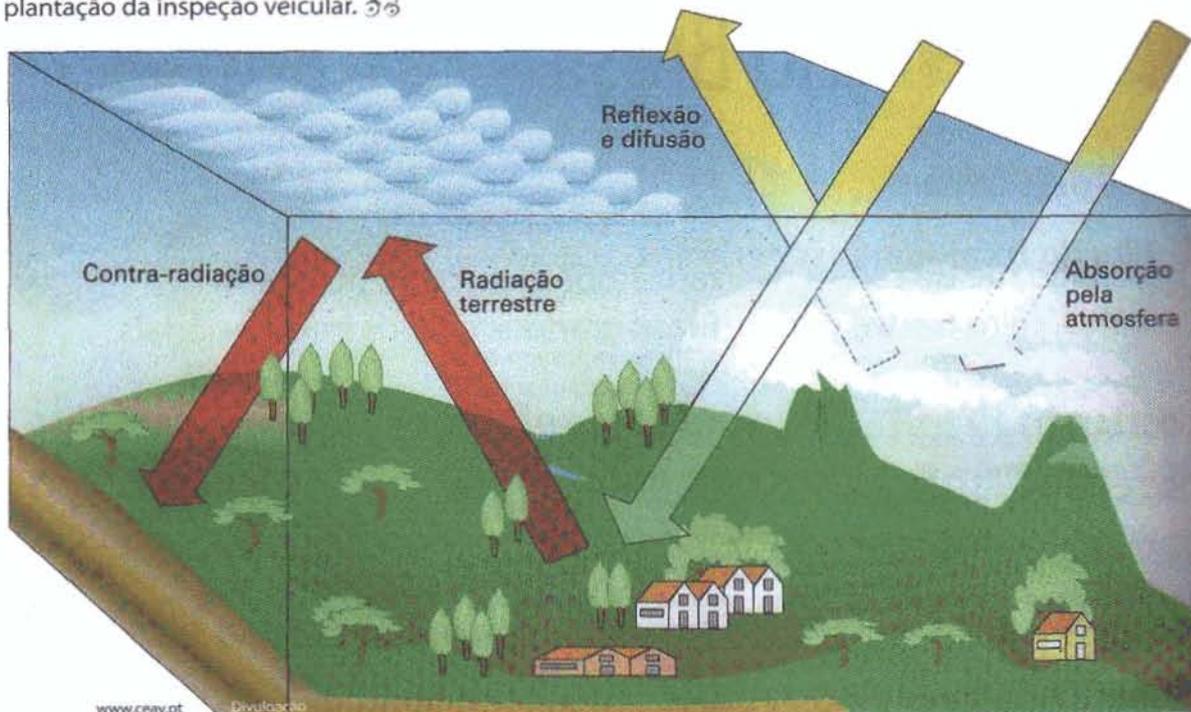


Documento assinado pelo governador Alberto Goldman cria o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas

**SP vai remunerar agricultores para conservar nascentes de água**

Os produtores rurais poderão ser remunerados para que conservem nascentes de águas dentro de suas propriedades por um período de cinco anos. É o que prevê a resolução sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, assinada dia 25 de junho pelo secretário Xico Graziano.

A resolução define as diretrizes para o projeto Mina D'água, que envolve um município em cada uma das 22 bacias hidrográficas do Estado e prevê investimentos da ordem de R\$ 3,5 milhões do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop). Os agricultores deverão proteger as matas ciliares e prevenir a erosão, entre outros compromissos. A secretaria estima que possam ser beneficiados de 10 a 15 agricultores por município.



www.ceav.pt Divulgação